



## Encontro da Articulação no Semi-Árido de Pernambuco

*10 Anos Construindo o Futuro e a Cidadania no Semiárido*

Caruaru – Pernambuco

03 a 05 de novembro de 2009



# **CARTA DO ENCONTRO ESTADUAL DA ASA-PE**

Nós, agricultores e agricultoras familiares, organizações não governamentais, movimentos sociais do campo, organizações sindicais e pastorais, comunidades indígenas e quilombolas do Semiárido de Pernambuco, participantes do Encontro Estadual da ASA Pernambuco, em comemoração aos 10 Anos de construção da Articulação no Semi-Árido Brasileiro, reafirmamos nossa posição em defesa da agricultura familiar e camponesa, e da abordagem agroecológica como estratégia fundamental para edificação de uma sociedade sustentável e solidária.

A agricultura familiar e camponesa corresponde a um total de 88% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, gera 79% dos postos de trabalho no campo, e é responsável pela produção de 70% da produção de alimentos, mas ocupa apenas 24,3% do total das terras agropecuárias do país. Esses dados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada, mas mostra também a necessidade e urgência de um amplo processo de reforma agrária que atenda as necessidades de terra, crédito e assessoria técnica que olhe para as dimensões sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais, a partir de uma abordagem agroecológica e sistêmica, que enxergue os jovens e as mulheres como sujeitos sociais fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável.

A região Nordeste do Brasil tem o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, correspondendo a um total de 50% dos estabelecimentos, concentrados em apenas 35% da área total. São um total de 2,2 milhões de estabelecimentos, que se concentram principalmente na região do Semiárido brasileiro, presente nos 9 estados da região Nordeste, mais os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

As atuais iniciativas adotadas pelos governos nos planos nacional, estadual e municipais, vão de encontro à lógica de valorização da agricultura familiar e camponesa, de uma construção com participação democrática e sustentável, reproduzindo um modelo de desenvolvimento hegemônico baseado em grandes obras como a Transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina, o Canal do Sertão, o Reflorestamento de áreas degradadas com Eucalipto, que na maioria das vezes beneficiam o poder econômico do país e do estado, expresso nesse momento histórico pelo agronegócio e pelo hidronegócio. Esses grandes projetos aportam um grande volume de recursos em detrimento de pequenos apoios às iniciativas e necessidades da agricultura familiar e camponesa, sobretudo para a região do Semiárido.



O agronegócio, como manifestação econômica de determinadas práticas de produção e beneficiamento agrícola, é responsável pela expansão da monocultura e do latifúndio como modelo de desenvolvimento do campo. A insustentável experiência desse modelo vem ampliando por anos a fio o processo vergonhoso de concentração fundiária e de degradação dos recursos naturais do país. Em Pernambuco essa prática se expressa excludente e opressora para milhares de famílias, que buscam na reforma agrária, na produção agroecológica e na afirmação da agricultura familiar e camponesa alternativas para essa condição de exclusão social.

Também é notável a presença de um conjunto de Programas e Projetos governamentais como o PAA, PRONAF, Bolsa Família, Programa Leite de Pernambuco, Chapéu de Palha, Banheiros Secos, Cisterna, Terreiros de Secagem, Distribuição de Sementes e Consórcio da Caprinocultura, que embora tenham o reconhecimento de agricultores e agricultoras que geram impactos positivos em suas vidas e comunidades, muitas vezes esses programas são executados de forma desarticulada e pulverizada e pouco criam mecanismos que favoreçam uma participação democrática e de controle social em sua execução.

A ASA Pernambuco por meio dos agricultores e agricultoras familiares e camponeses vem ao longo dos anos acumulando um conjunto de estratégias e iniciativas, que reafirmam a necessidade de construção de uma *Política Pública Estadual de Convivência com o Semiárido*, que considerem o protagonismo de agricultores e agricultoras, o controle social e a participação democrática como elementos fundamentais para o *Desenvolvimento Rural Sustentável no Semi-Árido Pernambucano, através da melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras e camponesas e do fortalecimento dos processos de gestão e organização social, a partir da articulação de políticas e ações de Convivência com o Semi-Árido*.

Esse conjunto de estratégias e iniciativas têm se expressado, sobretudo por meio da execução do Programa de Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido – Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), coordenados pela ASA Brasil com o apoio de recursos públicos federais. É nessas e em outras iniciativas como os bancos de sementes, as feiras agroecológicas e as associações comunitárias, as famílias agricultoras e as organizações locais participam efetivamente dos processos de decisão e de controle social. Associada aos mecanismos e processos de mobilização da ASA, se destaca a construção de uma ação de Assessoria Técnica que busca a horizontalidade e a democracia, valorizando os conhecimentos locais e populares e a agroecologia como base de sustentação política e metodológica.

Nesse sentido a ASA Pernambuco sugere um conjunto de princípios que devem orientar a construção de uma Política Pública Estadual para Convivência com o Semiárido, como:

- A) Estimular iniciativas de **Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido** e a partir de processos de construção coletiva de conhecimentos,



atividades formativas, intercâmbios e sistematizações de experiências, articulando as redes Estadual e Municipais de Ensino, e um processo de formação permanente de professores e professoras;

- B) Estimular e apoiar um amplo processo de **Sistematização e Comunicação** para disseminação das experiências e inovações, de modo que cada vez mais agricultores e agricultoras familiares tenham acesso à conhecimentos e passem a adotar prática e posicionamentos políticos em defesa de uma agricultura de base agroecológica;
- C) Contribuir para a **Soberania e Segurança Hídrica, Alimentar e Nutricional** das famílias agricultoras no Semiárido pernambucano, por meio de implementações de infra-estruturas produtivas e de captação e armazenamento de água para consumo e produção de alimentos por meio da valorização e resgate da biodiversidade, das sementes crioulas e da preservação dos recursos naturais, tendo a agroecologia como abordagem político-metodológica;
- D) Contribuir para a **Geração de Renda** das famílias agricultoras no Semiárido pernambucano, a partir da criação e do fortalecimento dos mecanismos locais de comercialização agroecológica e de economia solidária, que favoreçam a participação democrática, a autogestão das iniciativas e a inserção da agricultura familiar de base sustentável no mercado;
- E) Contribuir no **Combate aos Processos de Desertificação** no Semiárido pernambucano, favorecendo a disseminação e ampliação das iniciativas e estratégias de produção agroecológica e de manejo sustentável da agrobiodiversidade nativa, e apoiando a construção e implementação do Plano Estadual de Combate à Desertificação;
- F) **Fortalecer as Redes Sociais** e as entidades que as compõem, contribuindo para sua autonomia sócio-político e organizativa, para sua capacidade de proposição e de controle social, de modo que essas capacidades também favoreçam a articulação junto às Políticas Públicas para o Semi-Árido pernambucano.

O enfrentamento do modelo do agronegócio e o fortalecimento da agricultura familiar agroecológica significam antes de tudo um desafio no plano político. Um número cada vez mais significativo de agricultores e agricultoras e suas organizações em todo o estado têm compreendido e incorporado o entendimento de que a agroecologia e as estratégias de convivência com o semiárido tem sido emancipadoras e libertadoras das estruturas de poder e opressão, que por séculos dominaram o semiárido brasileiro, e o pernambucano especialmente. Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras do campo agroecológico de convivência com o semiárido expressam também uma grande variedade de identidades culturais e formas



de organização produtiva e de apropriação e uso dos recursos naturais, assim como constituem iniciativas de um novo modelo de desenvolvimento que está em construção.

Nós, participantes do Encontro Estadual da ASA Pernambuco, postulamos a reorientação das políticas de desenvolvimento, para que elas estejam voltadas para fortalecer as iniciativas e projetos coletivos gestados nas organizações da sociedade civil. Ao apresentarmos essas propostas à sociedade e aos poderes públicos temos em vista, sobretudo dois objetivos: em primeiro lugar, que o Estado democrático cumpra o seu papel de indutor do desenvolvimento, entendido este como um processo de geração e distribuição de bens materiais e culturais a serviço do bem estar e da cidadania. Em segundo lugar, que seja ampliado e consolidado o novo projeto para o campo pernambucano que vem sendo construído na prática em todas as regiões do estado através das iniciativas de organizações e movimentos sociais.

Acreditamos na diversidade das experiências desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras a construção da agroecologia em Pernambuco, numa perspectiva de convivência com o semiárido, é uma condição vital para a conservação e o uso dos recursos naturais e da biodiversidade, bem como para a segurança e soberania alimentar.

Ressaltamos ainda que ao longo dos anos a ASA Pernambuco, buscou estabelecer relações de parceria e diálogos com o governo do Estado de Pernambuco e dos municípios do semiárido, por entender que o papel da sociedade civil é de propor e participar efetivamente na construção de políticas públicas que atendam às suas necessidades. Essas iniciativas têm garantido avanços positivos e diálogos que apontam para uma maior parceria e participação da sociedade na elaboração e execução das políticas públicas.

Por fim, gostaríamos e reafirmar que a Articulação no Semi-Árido Pernambucano continuará atuando como um canal de aproximação e diálogo dessas forças sociais transformadoras que, em sua diversidade, procuram construir convergências e unidades políticas na luta contra o agronegócio e o latifúndio, e em defesa da agricultura familiar e camponesa de base agroecológica, diante de sua importância para a produção de alimentos, conservação da agrobiodiversidade e dos recursos naturais, geração de postos de trabalho no campo e manutenção da cultura camponesa, numa perspectiva de construção do futuro e da cidadania no semiárido pernambucano.

**Caruaru - Pernambuco**  
**05 de novembro de 2009**

